

DIREITO ADMINISTRATIVO

MODALIDADES DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA

DE BENS E SERVIÇOS ESPECIAIS

(RITO COMUM)

CONCORRÊNCIA

MODALIDADE PARA
CONTRATAÇÃO

DE OBRAS

SERVIÇOS COMUNS E
ESPECIAIS DE ENGENHARIA

OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA
ADMITEM O PREGÃO OU A CONCORRÊNCIA

CRITÉRIOS DE
JULGAMENTO

✓ MENOR PREÇO;
✓ MELHOR TÉCNICA OU
CONTEÚDO ARTÍSTICO;
✓ TÉCNICA E PREÇO;
✓ MAIOR RETORNO ECONÔMICO;
✓ MAIOR DESCONTO.

BENS E
SERVIÇOS
ESPECIAIS

☞ NÃO SÃO COMUNS;
☞ NÃO PODEM SER DEFINIDOS OBJETIVAMENTE;
☞ POSSUEM "ALTA HETEROGENEIDADE OU COMPLEXIDADE".

CONCEITO
DE OBRAS

☞ SÃO PRIVATIVAS DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO;
☞ INOVAM O ESPAÇO FÍSICO DA NATUREZA;
☞ ACARRETAM ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DO IMÓVEL.

CONCEITO DE
SERVIÇOS DE
ENGENHARIA

☞ DESTINADOS A OBTER DETERMINADA UTILIDADE,
INTELLECTUAL OU MATERIAL;
☞ SERVIÇOS PRIVATIVOS DAS PROFISSÕES DE ARQUITETO
E ENGENHEIRO OU DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS;
☞ QUE NÃO SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE OBRA

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CONCENTRAÇÃO X DESCONCENTRAÇÃO

CONCENTRAÇÃO

OCORRE QUANDO A PESSOA JURÍDICA INTEGRANTE DA ADM. PÚBLICA **EXTINGUE SEUS ÓRGÃOS**

REUNINDO EM UM NÚMERO MENOR DE UNIDADES AS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS

DESCONCENTRAÇÃO

REFERE-SE À DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE COMPETÊNCIAS

A QUAL DÁ ORIGEM AOS **ÓRGÃOS PÚBLICOS**

DESCONCENTRAÇÃO X DESCENTRALIZAÇÃO

DESCONCENTRAÇÃO

OCORRE DENTRO DE UMA **ÚNICA PESSOA JURÍDICA**

HÁ **RELAÇÃO HIERÁRQUICA**

DESCENTRALIZAÇÃO

SÃO **DUAS** PESSOAS JURÍDICAS DISTINTAS (UMA TRANSFERE E A OUTRA RECEBE A COMPETÊNCIA)

NÃO HÁ RELAÇÃO DE HIERARQUIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ATOS ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS (III)

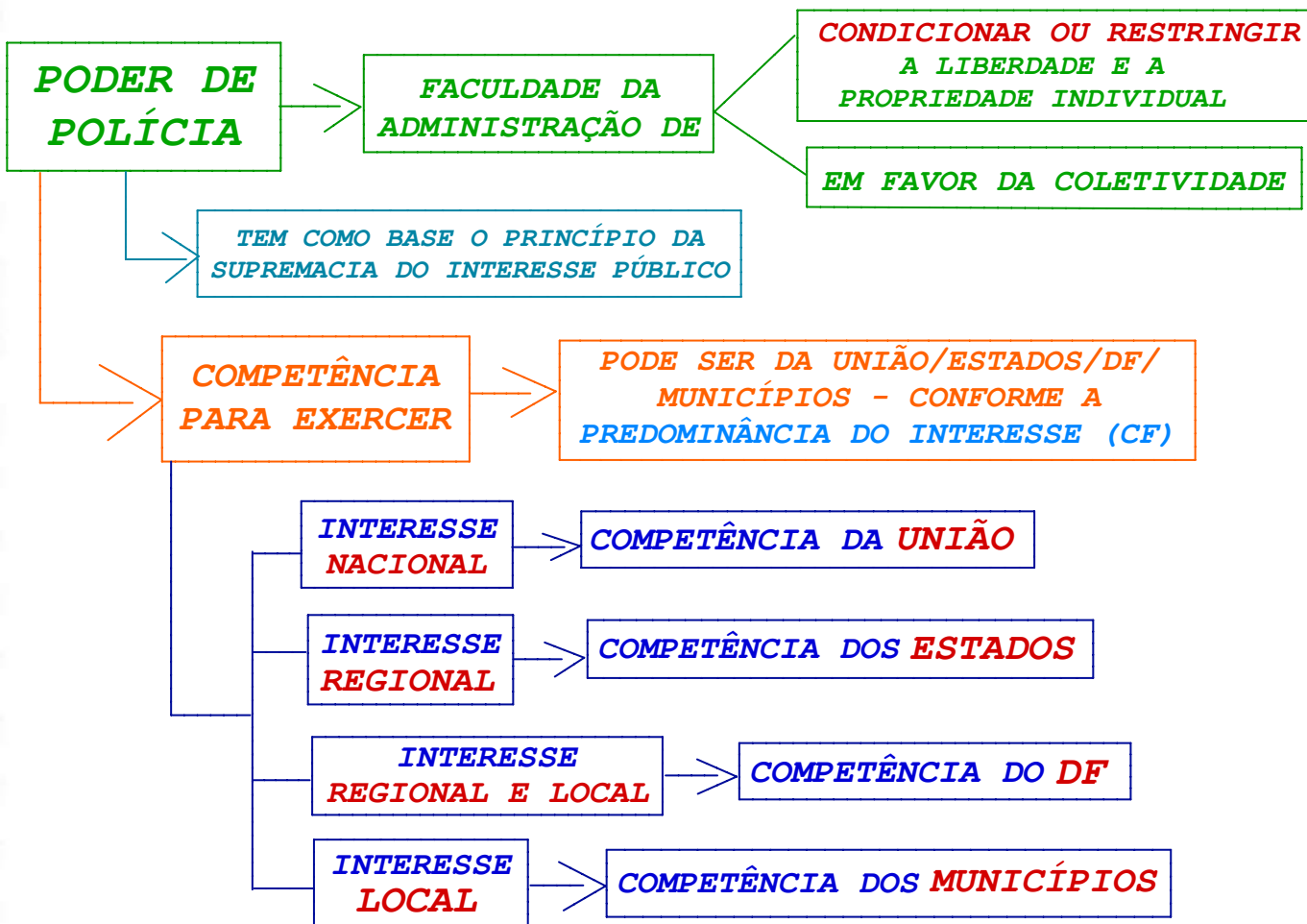
ATO VÁLIDO X ANULÁVEL X NULO X INEXISTENTE



DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - PODERES ADMINISTRATIVOS

PODER DE POLÍCIA



DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - AGENTES PÚBLICOS

CARGO X EMPREGO X FUNÇÃO

CARGO	EMPREGO	FUNÇÕES
<ul style="list-style-type: none">☞ OCUPADOS POR SERVIDORES PÚBLICOS☞ SUBMETEM-SE AO REGIME ESTATUTÁRIO (SEU VÍNCULO DECORRE DE LEI)☞ SÃO CRIADOS POR LEI☞ DIVIDEM-SE EM CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO☞ EFETIVOS: DEPENDE DE CONCURSO<ul style="list-style-type: none">☞ TEM DIREITO A ESTABILIDADE (OS DO CARGO EFETIVO - CUMPRIDO OS REQUISITOS)☞ EM COMISSÃO: LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">☞ OCUPADOS POR EMPREGADOS PÚBLICOS☞ SUBMETEM-SE AO REGIME DA CLT (NATUREZA CONTRATUAL)☞ SÃO CRIADOS POR LEI☞ INGRESSO MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO☞ EM REGRA, ENCONTRAM-SE NAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	<ul style="list-style-type: none">☞ NÃO PRECISAM DE CONCURSO PÚBLICO☞ DIVIDEM-SE EM 2 TIPOS: TEMPORÁRIA E DE CONFIANÇA<ul style="list-style-type: none">☞ FUNÇÃO TEMPORÁRIA:<ul style="list-style-type: none">◆ EXERCIDA POR SERVIDORES TEMPORÁRIOS◆ CASO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO◆ NÃO OCUPAM CARGO OU EMPREGO◆ EX: MÉDICO CONTRATADO PARA AUXILIAR UM SURTO DE UMA DOENÇA☞ FUNÇÃO DE CONFIANÇA:<ul style="list-style-type: none">◆ EXCLUSIVO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO◆ ATRIBUIÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTOEX: ASSESSOR DE JUIZ

LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

À MEDIDA QUE

EXPRESSA IDEIA DE **PROPORÇÃO**

PODE SUBSTITUIR POR
"À PROPORÇÃO QUE"

EX: **À MEDIDA QUE O TEMPO
PASSA, ELE FICA MAIS FORTE**

X

**NA MEDIDA
EM QUE**

EXPRESSA IDEIA DE **CAUSA**

PODE TAMBÉM SER USADA COMO
CONDIÇÃO OU PROPORÇÃO

PODE SER SUBSTITUÍDA POR: **"UMA VEZ QUE"**
"VISTO QUE", **"JÁ QUE"**, DENTRE OUTROS

OBS: AS BANCAS, EM GERAL,
COBRAM MAIS A EXPRESSÃO
COM IDEIA DE CAUSA

EX: **NA MEDIDA EM QUE VOCÊ
ESTUDOU, PASSOU NO CONCURSO**

LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

EM VEZ DE

(NA DÚVIDA, OPTE
SEMPRE POR ELA)

X

AO INVÉS DE

EM GERAL, USADO COM SIGNIFICADO
DE "NO LUGAR DE"

MAIS ABRANGENTE - ALÉM DE SER USADO
PARA IDEIAS DIFERENTES, PODE SER USADO
TAMBÉM PARA IDEIAS CONTRÁRIAS

EM VEZ DE TELEFONAR PARA O MEU AMIGO,
IREI MANDAR UMA MENSAGEM PARA ELE

SIGNIFICA - IDEIAS CONTRÁRIAS,
OPOSIÇÃO, "AO CONTRÁRIO DE"

SOMENTE PODE SER USADO
NO SENTIDO DE OPOSIÇÃO

EX: AO INVÉS DE DESCER, SUBIU

LÍNGUA PORTUGUESA

ACENTUAÇÃO

USO DOS PORQUÊS

<p>POR QUE (PERGUNTA)</p>	<p>➡ EQUIVALE A "POR QUAL RAZÃO", "POR QUAL MOTIVO", "PELA QUAL", "PELOS QUAIS"</p> <p>EX - POR QUE VOCÊ QUER SER APROVADO NO CONCURSO DA PF?</p> <p>EX - ESTAS SÃO AS RAZÕES POR QUE ESTUDO BASTANTE</p>
<p>POR QUÊ (FIM DE FRASE)</p>	<p>➡ É UTILIZADO NO FINAIS DE FRASES, ANTES DE PONTO FINAL, DE INTERROGAÇÃO, DE EXCLAMAÇÃO OU DE RETICÊNCIAS</p> <p>EX - ESTUDO BASTANTE PARA SER APROVADO. SABE POR QUÊ?</p> <p>EX - O CONTRATO NÃO FOI ASSINADO. POR QUÊ?</p>
<p>PORQUE (RESPOSTA)</p>	<p>➡ CORRESPONDE A UMA EXPLICAÇÃO OU UMA CAUSA (POIS, JÁ QUE, UMA VEZ QUE, PORQUANTO. .)</p> <p>EX - COMPREI ESTE COMPUTADOR PORQUE É MAIS BARATO</p> <p>EX - ESTUDO PORQUE EU QUERO PASSAR</p>
<p>PORQUÊ (SUBSTANTIVO)</p>	<p>➡ EQUIVALE A UM SUBSTANTIVO (É ANTECEDIDO DE UM DETERMINANTE) - TEM SIGNIFICADO DE "MOTIVO", "RAZÃO"</p> <p>EX - NÃO SEI O PORQUÊ DESSA ESCOLHA</p> <p>EX - EU SEI O PORQUÊ DA SUA DEDICAÇÃO</p>

LÍNGUA PORTUGUESA

SINTAXE

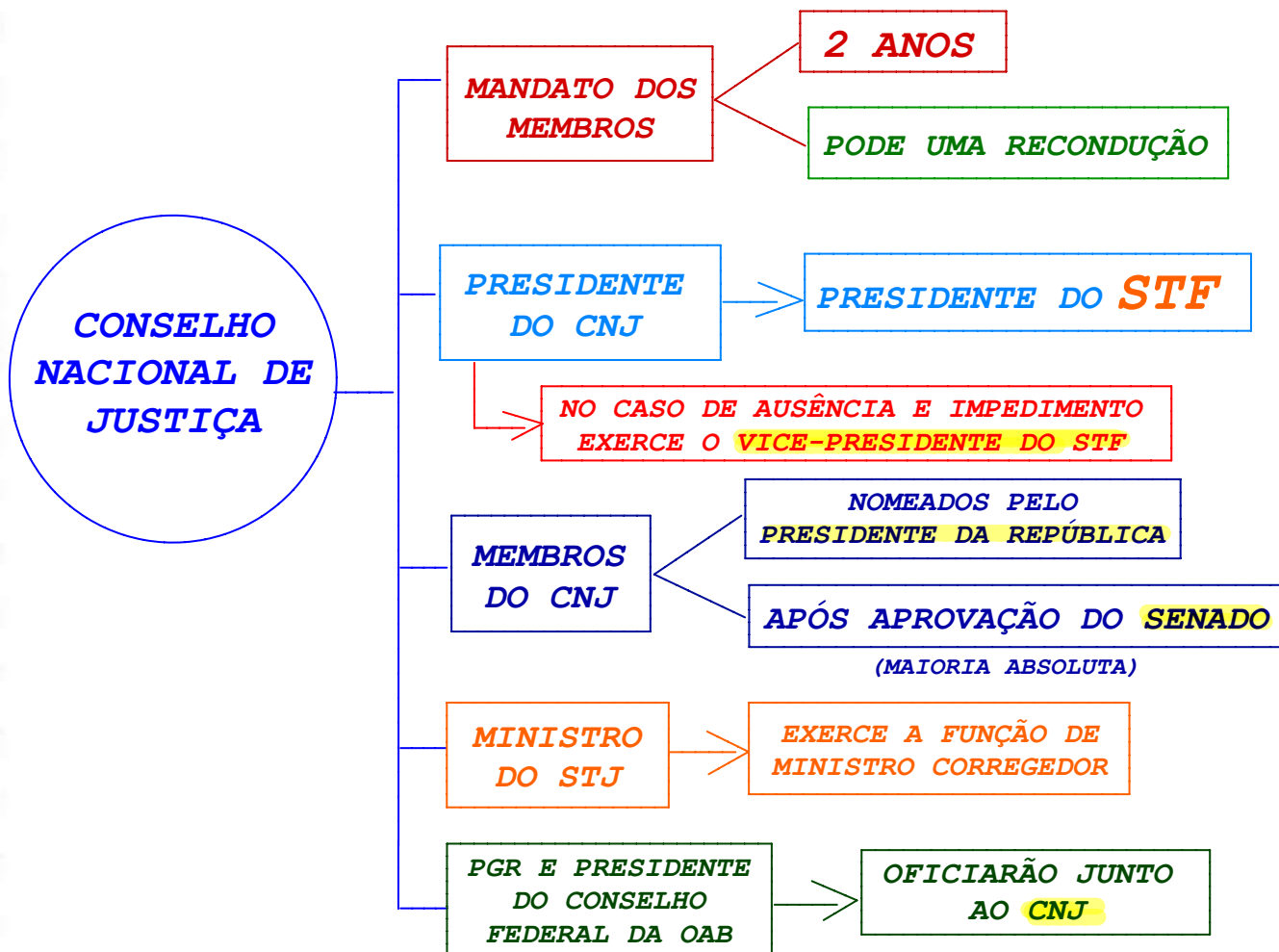
ADJUNTO ADNOMINAL x COMPLEMENTO NOMINAL

ADJUNTO ADNOMINAL	COMPLEMENTO NOMINAL
SOMENTE SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS CONCRETOS E ABSTRATOS	SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS ABSTRATOS ✓ ADJETIVOS ✓ ADVÉRBIOS
PODE SER OU NÃO PREPOSICIONADO	É NECESSARIAMENTE PREPOSICIONADO
PRINCIPAL PEGADINHA DE PROVA PARA CONFUNDIR OS DOIS: NO CASO DE SUBSTANTIVO ABSTRATO COM TERMO PREPOSICIONADO "DE". NESSE CASO, VEJA COMO DISTINGUIR:	
◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO AGENTE: SERÁ ADJUNTO ADNOMINAL	◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO PACIENTE: SERÁ COMPLEMENTO NOMINAL
◆ SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (UM ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ PODE INDICAR POSSE	◆ NÃO É SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ NÃO PODE INDICAR POSSE
EX: O CONSUMO DOS BRASILEIROS (OS BRASILEIROS CONSOMEM - AGENTE)	EX: O CONSUMO DE PÃO (O PÃO É CONSUMIDO - PACIENTE)

DIREITO CONSTITUCIONAL

PODER JUDICIÁRIO

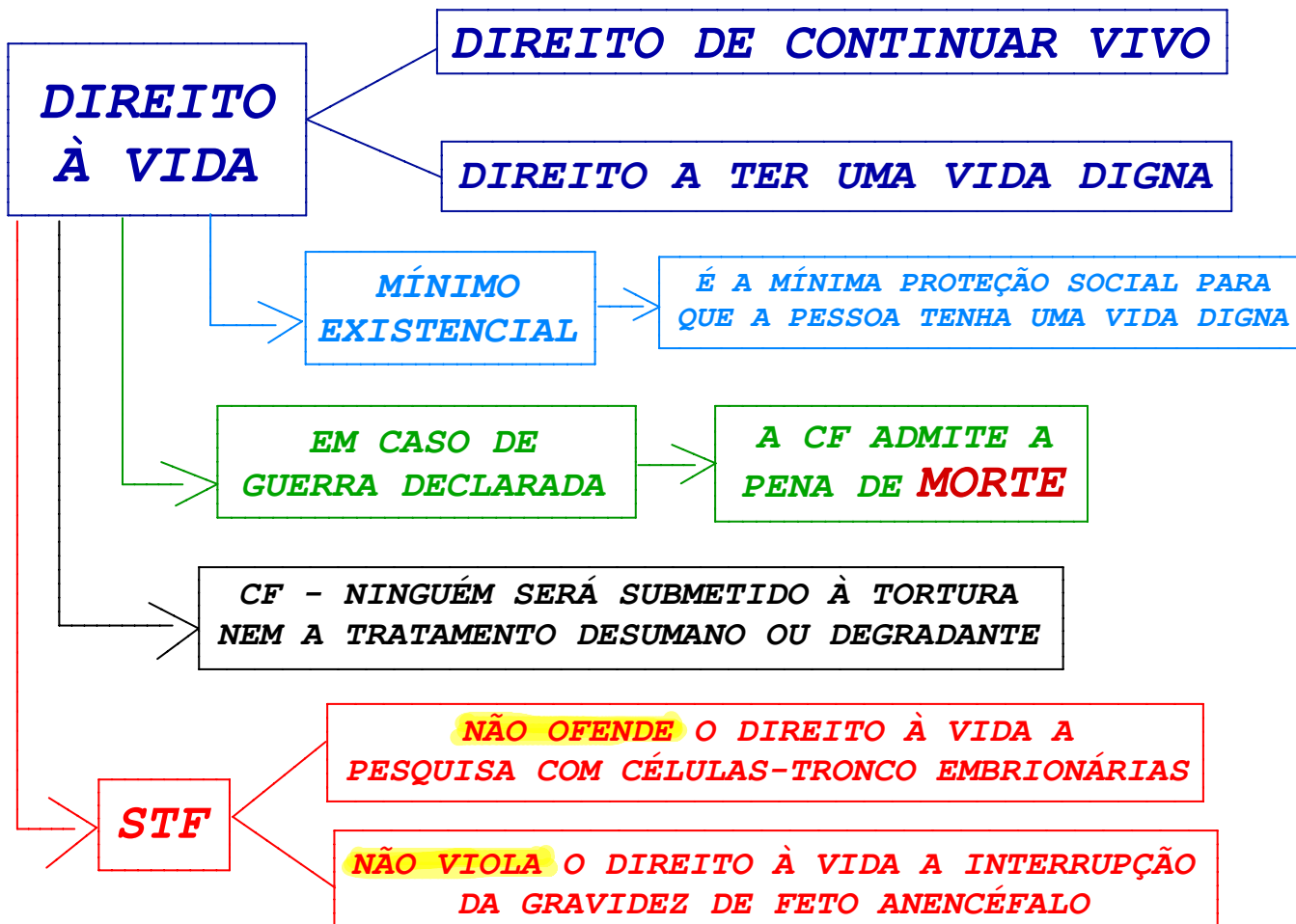
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)



DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITO À VIDA









DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

☞ SÃO NORMAS PARA QUE O LEGISLADOR TIPIFIQUE DETERMINADAS CONDUTAS

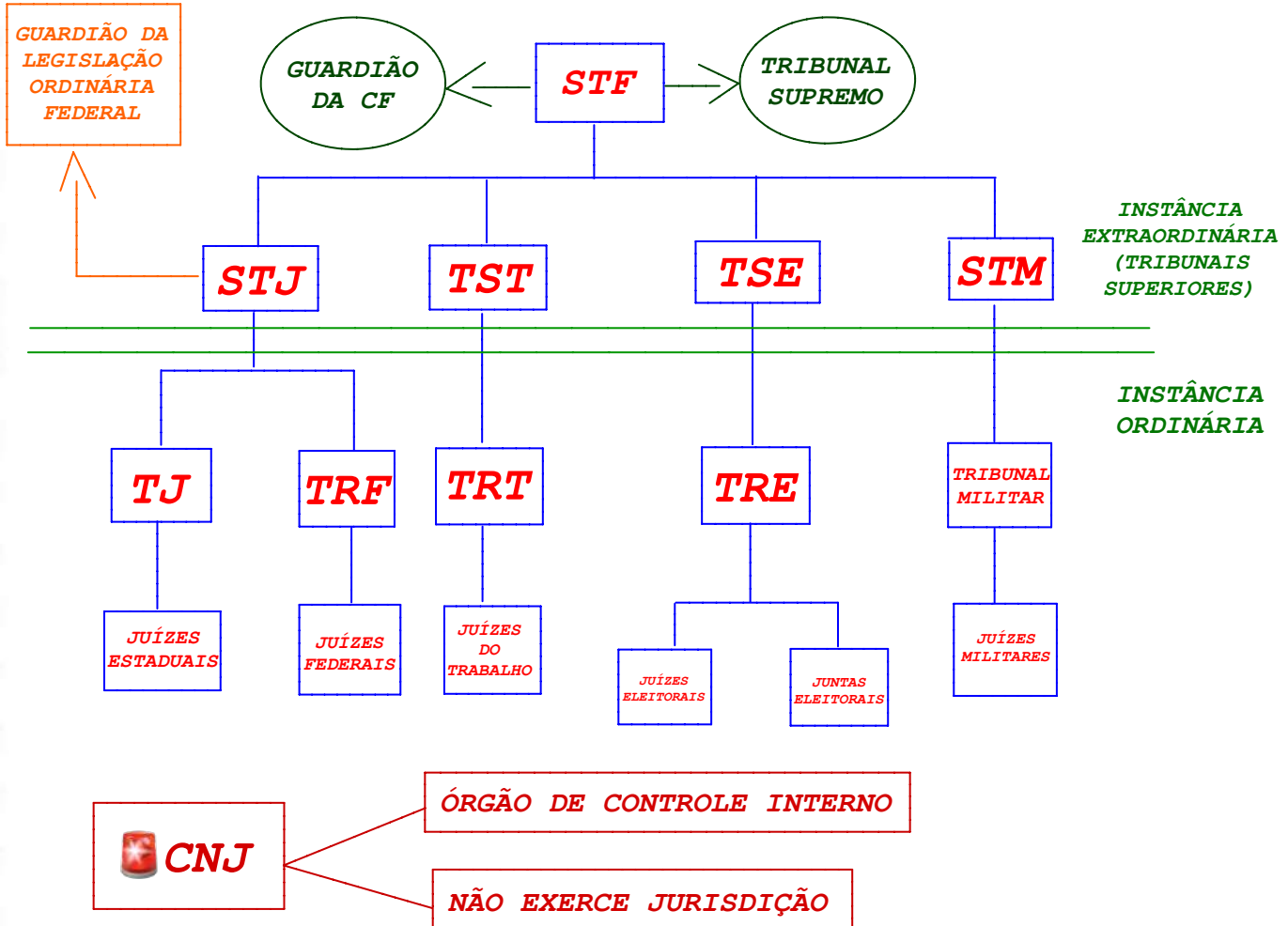
CRIMES	INAFIANÇÁVEIS	IMPRESCRITÍVEIS	INSUSCITÍVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA
TERRORISMO/ TORTURA/TRÁFICO DE DROGAS + CRIMES HEDIONDOS			
RACISMO + AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS			

OBS: A CF NÃO TIPIFICA CRIMES

DIREITO CONSTITUCIONAL

PODER JUDICIÁRIO

ORGANOGRAMA




DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)

✓ OS MEMBROS DO CONSELHO ORIUNDOS DO MP SERÃO INDICADOS PELOS RESPECTIVOS **MPs**

COMPOSIÇÃO DO CNMP

 **PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DA OAB**

OFICIARÁ JUNTO AO CNMP

COMPOSTO POR **14 MEMBROS**

PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA (PGR)

PRESIDE O CONSELHO

4 MEMBROS MPU

UM DE CADA CARREIRA

3 MEMBROS MPes

2 JUÍZES 

1 INDICADO PELO STF

1 INDICADO PELO STJ

2 ADVOGADOS

INDICADOS PELO CONSELHO FEDERAL DA OAB

2 CIDADÃOS

1 INDICADO PELA CÂMARA


1 INDICADO PELO SENADO

(NOTÁVEL SABER JURÍDICO E REPUTAÇÃO ILIBADA)

DIREITO CONSTITUCIONAL

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS


PEGADINHAS MAIS COBRADAS EM PROVA



SEGURIDADE SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



DIREITO PROCESSUAL	PROCEDIMENTOS EM MATÉRIA PROCESSUAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	EDUCAÇÃO
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



TRÂNSITO E TRANSPORTE	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA DO TRÂNSITO
PRIVATIVA DA UNIÃO	COMUM

DIREITO CIVIL

PESSOAS NATURAIS

DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

**SERÃO
REGISTRADOS
EM REGISTRO
PÚBLICO**

OS NASCIMENTOS, CASAMENTOS E ÓBITOS

**A EMANCIPAÇÃO POR OUTORGA DOS PAIS
OU POR SENTENÇA DO JUIZ**

**A INTERDIÇÃO POR INCAPACIDADE
ABSOLUTA OU RELATIVA**

**A SENTENÇA DECLARATÓRIA DE AUSÊNCIA
E DE MORTE PRESUMIDA**

**FAR-SE-Á
AVERBAÇÃO
EM REGISTRO
PÚBLICO**

**DAS SENTENÇAS QUE DECRETAREM A
NULIDADE OU ANULAÇÃO DO CASAMENTO, O
DIVÓRCIO, A SEPARAÇÃO JUDICIAL E O
REESTABELECIMENTO DA SOCIEDADE CONJUGAL**

**DOS ATOS JUDICIAIS OU EXTRAJUDICIAIS QUE
DECLARAREM OU RECONHECEREM A FILIAÇÃO**

DIREITO CIVIL

PESSOAS JURÍDICAS

DISPOSIÇÕES GERAIS

OBRIGAM A PESSOA JURÍDICA OS ATOS DOS ADMINISTRADORES

EXERCIDOS NOS LIMITES DE SEUS PODERES DEFINIDOS NO ATO CONSTITUTIVO

SE A PESSOA JURÍDICA TIVER ADMINISTRAÇÃO COLETIVA

AS DECISÕES SE TOMARÃO PELA MAIORIA DE VOTOS DOS PRESENTES

SALVO SE O ATO CONSTITUTIVO DISPUSER DE MODO DIVERSO

DECAI EM 3 ANOS O DIREITO DE ANULAR AS DECISÕES A QUE SE REFERE ESTE ARTIGO, QUANDO VIOLAREM A LEI OU ESTATUTO, OU FOREM EVADAS DE ERRO, DOLO, SIMULAÇÃO OU FRAUDE.

SE A ADMINISTRAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA VIER A FALTAR

O JUIZ, A REQUERIMENTO DE QUALQUER INTERESSADO, NOMEAR-LHE-Á ADMINISTRADOR PROVISÓRIO

A PESSOA JURÍDICA NÃO SE CONFUNDE

COM OS SEUS SÓCIOS, ASSOCIADOS, INSTITUIDORES OU ADMINISTRADORES

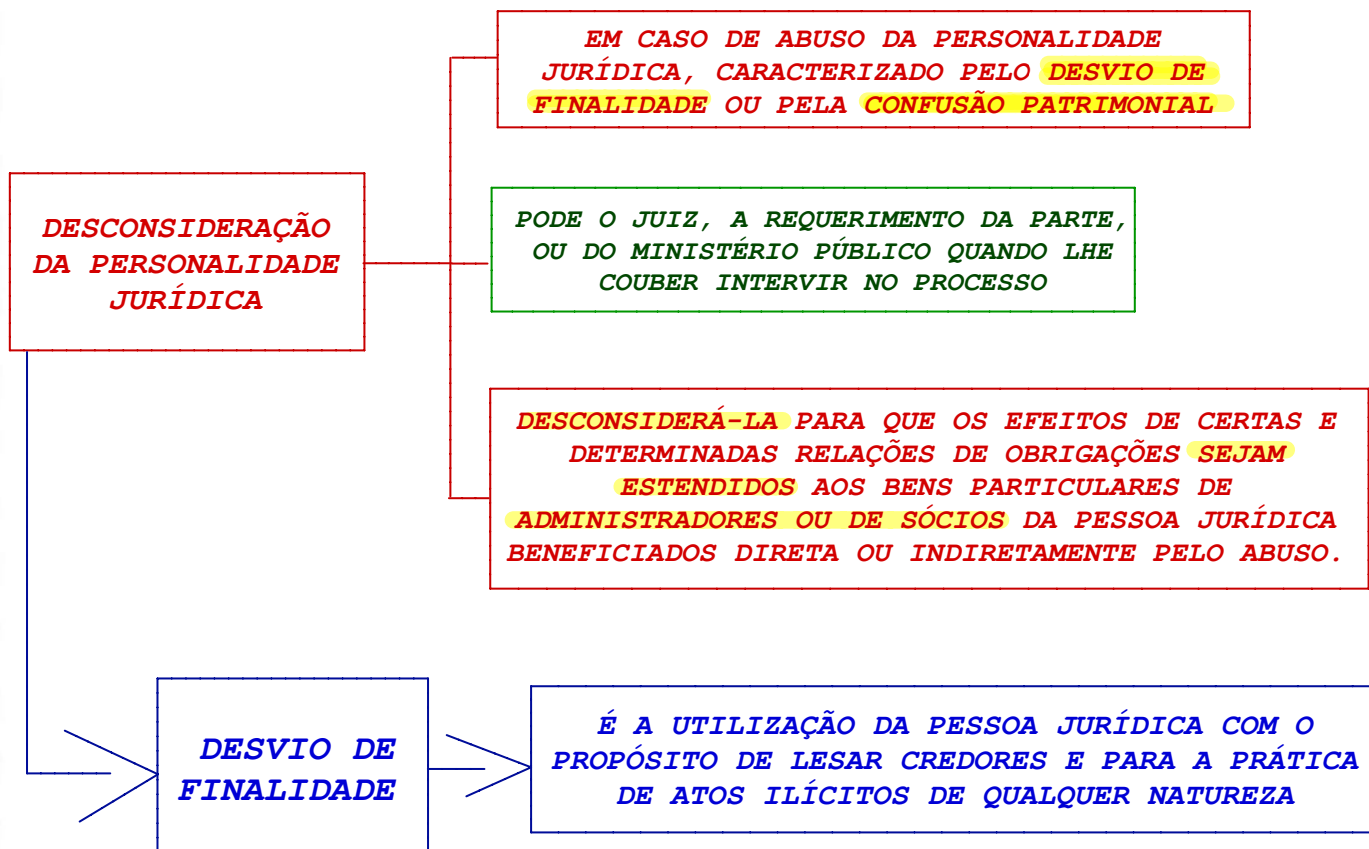
A AUTONOMIA PATRIMONIAL DAS PESSOAS JURÍDICAS É UM INSTRUMENTO LÍCITO DE ALOCAÇÃO E SEGREGAÇÃO DE RISCOS, ESTABELECIDO PELA LEI COM A FINALIDADE DE ESTIMULAR EMPREENDIMENTOS, PARA A GERAÇÃO DE EMPREGOS, TRIBUTOS, RENDA E INOVAÇÃO EM BENEFÍCIO DE TODOS

DIREITO CIVIL

PESSOAS JURÍDICAS

DISPOSIÇÕES GERAIS

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

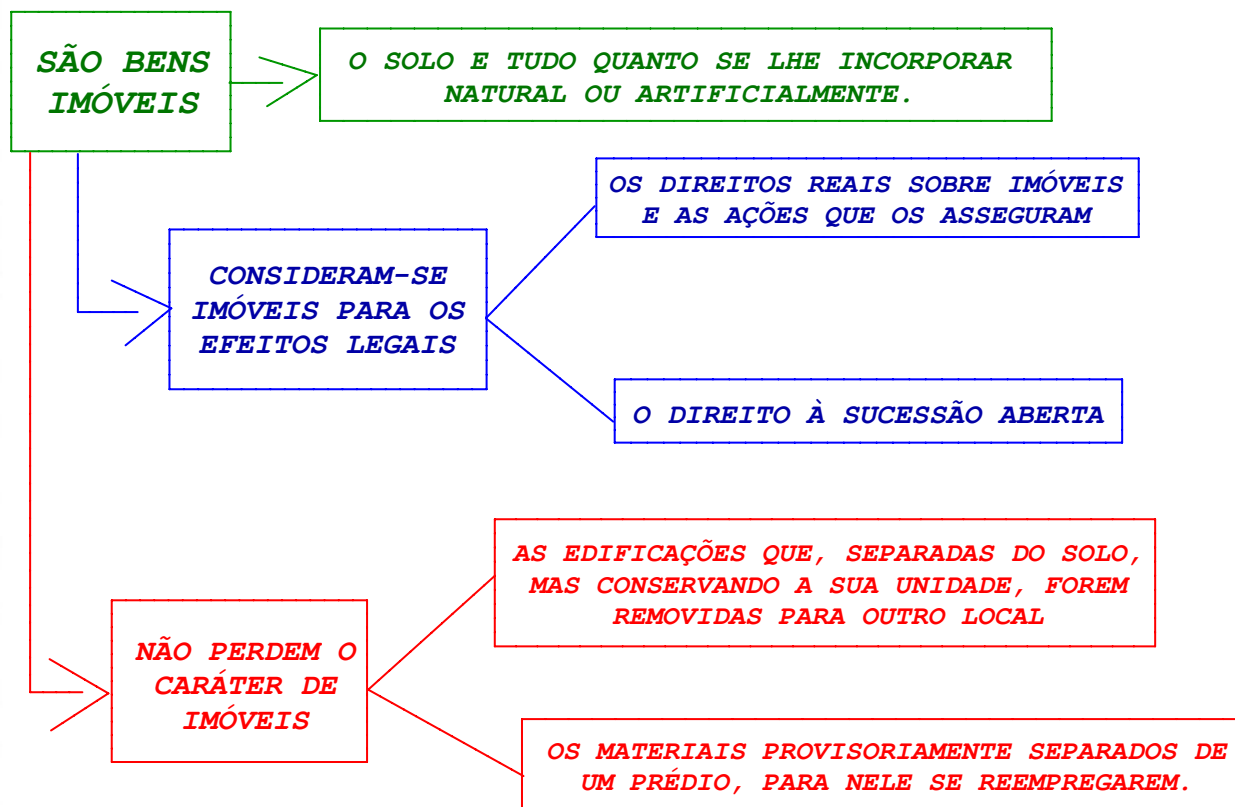


DIREITO CIVIL

BENS

DOS BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

BENS IMÓVEIS



DIREITO CIVIL

NEGÓCIO JURÍDICO

DISPOSIÇÕES GERAIS

A VALIDADE DO
NEGÓCIO
JURÍDICO REQUER

AGENTE CAPAZ

OBJETO LÍCITO, POSSÍVEL,
DETERMINADO OU DETERMINÁVEL

FORMA PRESCRITA OU NÃO DEFESA EM LEI

A INCAPACIDADE
RELATIVA DE UMA
DAS PARTES

NÃO PODE SER INVOCADA PELA OUTRA EM BENEFÍCIO PRÓPRIO,
NEM APROVEITA AOS CO-INTERESSADOS CAPAZES

SALVO SE, NESTE CASO, FOR INDIVISÍVEL O
OBJETO DO DIREITO OU DA OBRIGAÇÃO COMUM

A IMPOSSIBILIDADE INICIAL
DO OBJETO NÃO INVALIDA O
NEGÓCIO JURÍDICO

SE FOR RELATIVA, OU SE CESSAR ANTES DE REALIZADA
A CONDIÇÃO A QUE ELE ESTIVER SUBORDINADO

A VALIDADE DA DECLARAÇÃO
DE VONTADE NÃO DEPENDERÁ
DE FORMA ESPECIAL

SENÃO QUANDO A LEI
EXPRESSAMENTE A EXIGIR.

DIREITO PENAL

DICA - PRINCÍPIOS

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

NINGUÉM SERÁ CONSIDERADO CULPADO

**ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO
DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA**

EM REGRA: CABE AO ACUSADOR O ÔNUS
DE PROVAR AS ALEGAÇÕES FEITAS

AGENTE TEM QUE SER TRATADO COMO INOCENTE DENTRO DO PROCESSO
(DIMENSÃO INTERNA) E FORA DO PROCESSO (DIMENSÃO EXTERNA)

IMPORTANTE



**NÃO É MAIS PERMITIDA A PRISÃO
EM SEGUNDA INSTÂNCIA**

SEGUNDO O STF, ESSE TIPO DE PRISÃO VIOLA
O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

PRISÕES PROVISÓRIAS **NÃO VIOLAM ESSE PRINCÍPIO**

**É VEDADA A UTILIZAÇÃO DE INQUÉRITOS POLÍCIAS E AÇÕES
PENAIIS PARA AGRAVAR A PENA-BASE (SÚMULA 444 STJ)**

DIREITO PENAL

TEORIA DO CRIME

RESULTADO NATURALÍSTICO

RESULTADO NATURALÍSTICO

É A **MODIFICAÇÃO** NO MUNDO
REAL PELA CONDUTA DO AGENTE

SÓ É EXIGIDO NOS CRIMES **MATERIAIS**

👉 CRIMES FORMAIS: O RESULTADO NATURALÍSTICO É
IRRELEVANTE (PODE OU NÃO OCORRER)

👉 CRIMES DE MERA CONDUTA: NÃO HÁ UM RESULTADO
NATURALÍSTICO POSSÍVEL

RESULTADO JURÍDICO OU NORMATIVO

RESULTADO JURÍDICO OU NORMATIVO

É A LESÃO AO BEM JURÍDICO
TUTELADO PELA NORMA PENAL

ESSE RESULTADO ESTÁ SEMPRE PRESENTE

**LEMBRE: NÃO HÁ CRIME
SEM RESULTADO JURÍDICO**

DIREITO PENAL

DICA - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

FURTO

FURTO

SUBTRAIR, PARA SI OU PARA OUTREM,
COISA ALHEIA MÓVEL

A PENA
AUMENTA-SE
DE 1/3

SE O CRIME É PRATICADO DURANTE
O REPOUSO NOTURNO

FURTO
DE USO

NÃO É CRIME (FATO ATÍPICO)

FURTO PRIVILEGIADO

SE O CRIMINOSO É PRIMÁRIO E É DE PEQUENO VALOR
A COISA FURTADA, O JUIZ PODE:

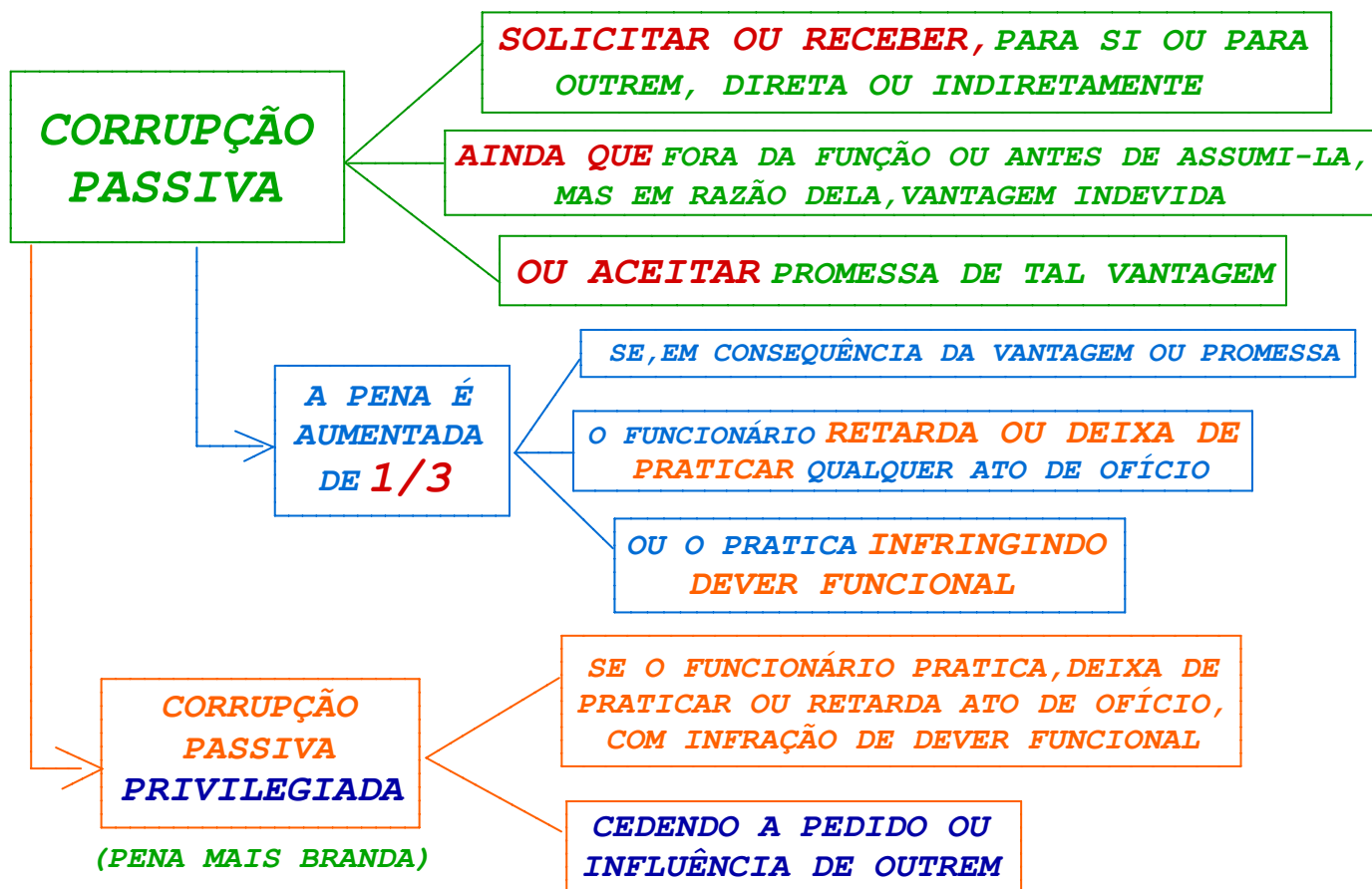
- 👉 SUBSTITUIR A PENA DE RECLUSÃO PELA DE DETENÇÃO
- 👉 DIMINUI-LA DE 1/3 A 2/3
- 👉 APLICAR SOMENTE A PENA DE MULTA

NÃO É PUNIDO NA FORMA CULPOSA

DIREITO PENAL

DICA - CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

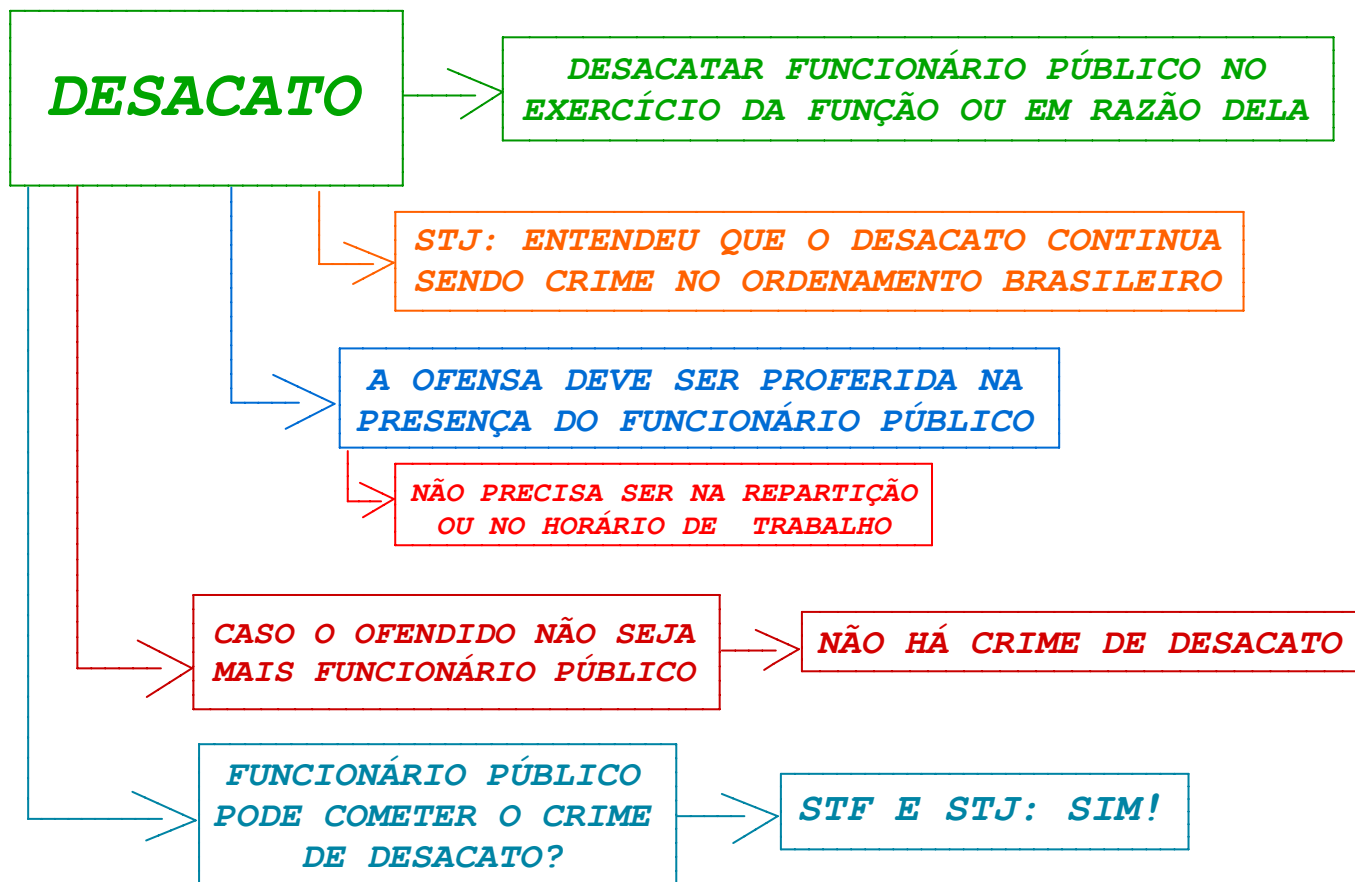
CORRUPÇÃO PASSIVA



DIREITO PENAL

**DICA - CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL**

DESACATO



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - INQUÉRITO POLICIAL

CARACTERÍSTICAS

ESCRITO

TODOS OS ATOS DEVERÃO SER **ESCRITOS**

INDISPONÍVEL

AUTORIDADE POLICIAL **NÃO PODE**
MANDAR ARQUIVAR O INQUÉRITO

INQUISITIVO

NÃO HÁ CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

DISPENSÁVEL

A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL
PODE SER REALIZADA SEM ELE

DISCRICIONÁRIO

CABE A AUTORIDADE POLICIAL CONDUZIR O
INQUÉRITO DA MANEIRA QUE ENTENDER SER
MELHOR PARA AS INVESTIGAÇÕES

OFICIAL

CONDUZIDA POR ÓRGÃO OFICIAL

SIGILOSO

DEVE TRAMITAR EM SIGILO
PARA ELUCIDAÇÃO DOS FATOS

OFICIOSO

DEVE SER INSTAURADO DE **OFÍCIO** NOS CRIMES
DE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

"EI IDOSO"



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - INQUÉRITO POLICIAL

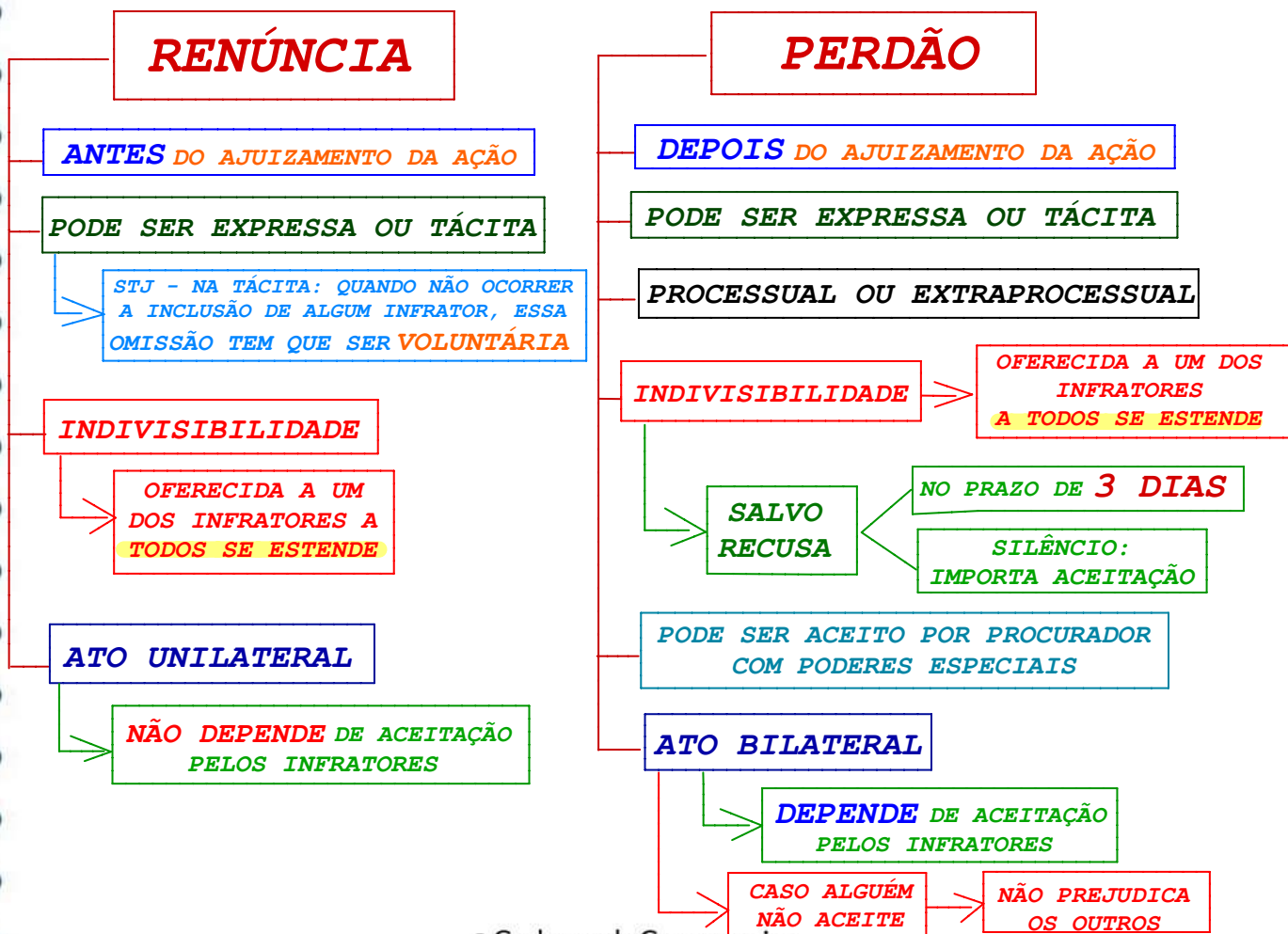
PRAZOS PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

* (EM DIAS) *	INVESTIGADO PRESO	INVESTIGADO SOLTO
REGRA GERAL	10	30
INQUÉRITO POLICIAL FEDERAL	15 + 15	30
LEI DE DROGAS	30 + 30	90 + 90
CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR	10	10

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - AÇÃO PENAL

FORMAS DE DISPONIBILIDADE DA AÇÃO PENAL PRIVADA



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - PRISÃO PREVENTIVA

HIPÓTESES DE CABIMENTO



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

O PROCESSO COMEÇA
POR INICIATIVA
DA PARTE

E SE DESENVOLVE POR IMPULSO OFICIAL

SALVO AS EXCEÇÕES PREVISTAS EM LEI

➡ NÃO SE EXCLUIRÁ DA APRECIÇÃO JURISDICIONAL AMEAÇA OU LESÃO A DIREITO

➤ É PERMITIDA A ARBITRAGEM, NA FORMA DA LEI

➤ O ESTADO PROMOVERÁ, SEMPRE QUE POSSÍVEL, A
SOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS

➤ A CONCILIAÇÃO, A MEDIAÇÃO E OUTROS MÉTODOS DE SOLUÇÃO
CONSENSUAL DE CONFLITOS DEVERÃO SER ESTIMULADOS POR JUÍZES,
ADVOGADOS, DEFENSORES PÚBLICOS E MEMBROS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO, INCLUSIVE NO CURSO DO PROCESSO JUDICIAL

AS PARTES TÊM O DIREITO DE
OBTER EM PRAZO RAZOÁVEL A
SOLUÇÃO INTEGRAL DO MÉRITO

➤ INCLUÍDA A ATIVIDADE
SATISFATIVA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

FUNÇÃO JURISDICIONAL

DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO

PARA POSTULAR EM JUÍZO
É NECESSÁRIO TER

INTERESSE E LEGITIMIDADE

NINGUÉM PODERÁ
PLEITEAR DIREITO
ALHEIO EM NOME PRÓPRIO

SALVO QUANDO AUTORIZADO
PELO ORDENAMENTO JURÍDICO

HAVENDO SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL, O SUBSTITUÍDO
PODERÁ INTERVIR COMO ASSISTENTE LITISCONSORCIAL

O INTERESSE DO AUTOR
PODE LIMITAR-SE À
DECLARAÇÃO

DA EXISTÊNCIA, DA INEXISTÊNCIA OU DO
MODO DE SER DE UMA RELAÇÃO JURÍDICA

DA AUTENTICIDADE OU DA
FALSIDADE DE DOCUMENTO

É ADMISSÍVEL A
AÇÃO MERAMENTE
DECLARATÓRIA

AINDA QUE TENHA OCORRIDO
A VIOLAÇÃO DO DIREITO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

COMPETÊNCIA

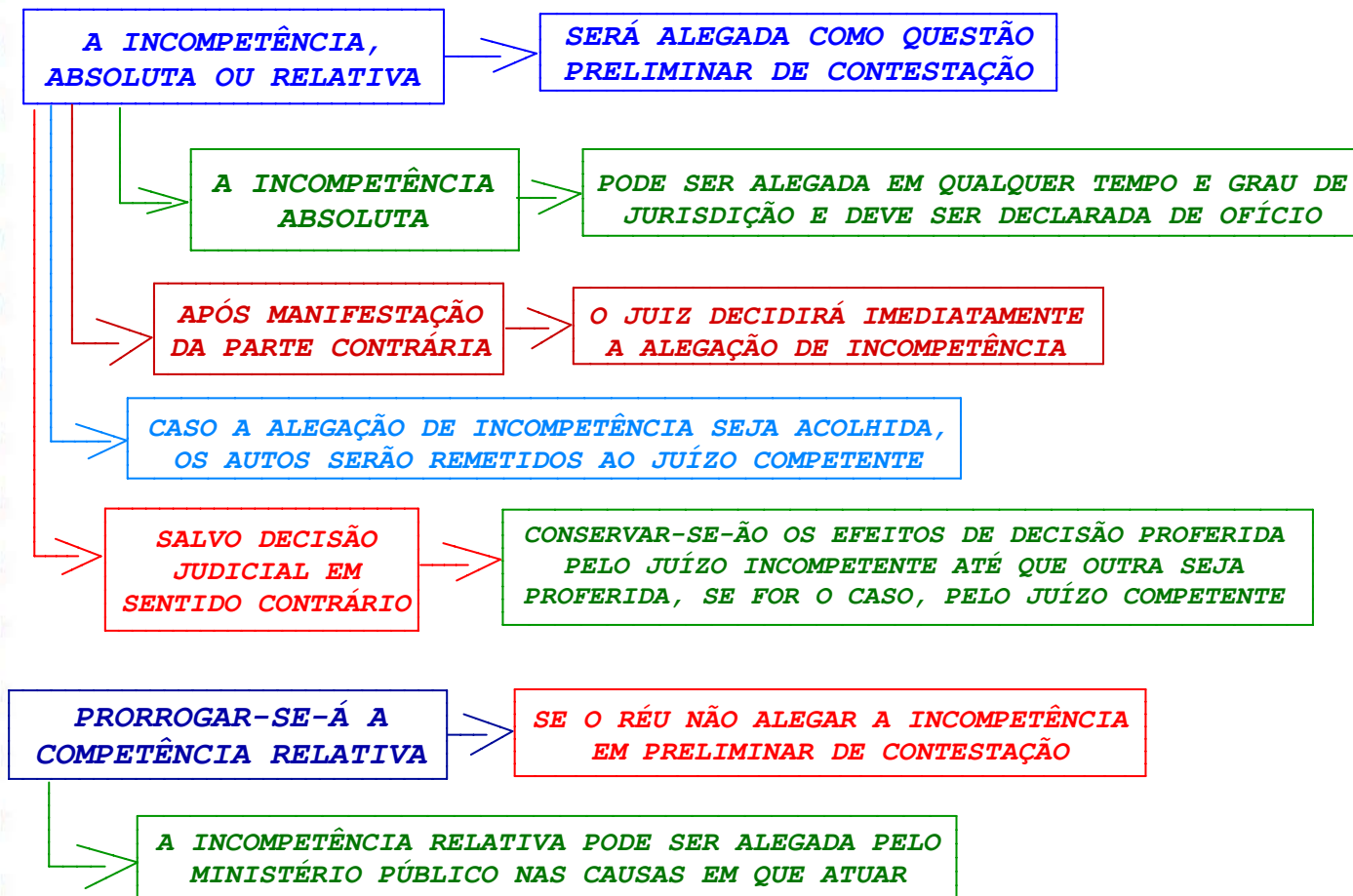
MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

COMPETÊNCIA

INCOMPETÊNCIA



DIREITO CONSTITUCIONAL

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MP

UNIDADE

O MP DEVE SER CONSIDERADO UM ÚNICO ÓRGÃO

SOB A DIREÇÃO DE UMA ÚNICA PESSOA
(UM ÚNICO PROCURADOR-GERAL)

DOCTRINA: A UNIDADE SE DÁ NO ÂMBITO DE CADA MP

INDIVISIBILIDADE

PERMITE A SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO
MP ENTRE SI AO LONGO DO PROCESSO,
DESDE QUE SEJAM DA MESMA CARREIRA

OS MEMBROS DO MP NÃO ESTÃO
VINCULADOS A UM PROCESSO

INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL

O MP NÃO ESTÁ SUJEITO A QUALQUER
INTERFERÊNCIA DE OUTRO ÓRGÃO OU PODER

OS MEMBROS DO MP NÃO ESTÃO SUBORDINADOS A
QUALQUER HIERARQUIA FUNCIONAL. VINCULAM-SE
APENAS À LEI E À SUA CONVICTÃO

(EXISTE APENAS HIERARQUIA
ADMINISTRATIVA)